



POLÍTICA EXTERNA DO EQUADOR: O MODELO DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DO GOVERNO RAFAEL CORREA DELGADO.

JEFFERSON PECORI VIANA

Mestrando em Relações Internacionais pela UFSC

E-mail: jpreg8@hotmail.com

RESUMO: Neste breve ensaio se conduz um esforço para trabalhar com indicadores específicos de desempenho socioeconômico e decisões políticas do período pós-2007, na República do Equador, para uma compreensão sobre a inserção internacional equatoriana, desde a ascensão de Rafael Correa à presidência. A utilização desses indicadores revela nossa intenção em lançar mão de um enfoque que permita entender as dimensões econômica e política da política externa do Equador. Observa-se se a inserção levada a cabo pelo Equador consolida a tradicional inserção retrógrada (com dependência em relação à exportação de commodities, no caso o petróleo) no Sistema Mundial, ou se privilegia a inserção autônoma, através da realização de um espaço próprio de soberania, resultante de novas decisões internas ou de transformações estruturais de inserção internacional.

Palavras-Chave: Política Externa Equatoriana; Rafael Correa; Inserção Internacional soberana; Soberania e Política Externa.

ABSTRACT: In this brief essay, an effort to work with specific indicators of socio-economic performance and policy decisions of the post-2007, in the Republic of Ecuador, is led for an understanding of the Ecuadorian international insertion, since the rise of Rafael Correa to the presidency. The use of these indicators reveals our intention to make use of an approach that enables to understand the economic and political dimensions of the foreign policy of Ecuador. It is observed whether the insertion carried out by Ecuador consolidates the traditional retrograde insertion (with dependence on commodity exports, in case oil) in the Global System, or if it privileges autonomous insertion, by conducting a proper space of sovereignty, as a result of new internal decisions or structural changes of international insertion.

Keywords: Ecuadorian Foreign Policy; Rafael Correa; Sovereign international insertion; Sovereignty and Foreign Policy.



INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é mostrar alguns pontos sobre a política externa da República do Equador, especificamente no período de governo de Rafael Correa, e avaliar se se trata de uma modelo de “reconquista” da soberania política e econômica, ou seja, dentro do padrão histórico de atuação dos países latino-americanos no Sistema Interestatal capitalista. Para tanto, será observada a maneira pela qual se exerce a soberania em determinados aspectos, ligados, especialmente, à esfera interna das transformações econômicas e políticas. A partir desta análise se observará se esse exercício pelo atual governo equatoriano consolida o padrão histórico de inserção retrógrada no Sistema Mundial (com crescente dependência em relação à exportação de *commodities*, especialmente o petróleo e a cultura da banana), ou se, privilegia determinada inserção autônoma nacional, através da realização de um espaço próprio de soberania (aumento da autonomia relativa do Estado frente aos interesses imediatos dos setores dominantes), resultante ou não de transformações estruturais de inserção internacional.

Para tanto, lança-se mão de determinada uma abordagem que privilegia as dimensões econômica e política, que reside no estudo da Política Externa Equatoriana a partir do pressuposto de que os fenômenos econômicos estão vinculados à dinâmica dos interesses de grupos e classes sociais. Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 19):

Neste método, a acumulação de riqueza depende das estratégias e políticas de Estado. E **o Estado é o espaço privilegiado da disputa entre grupos e classes sociais**. Portanto, a acumulação de riqueza está associada ao exercício do poder ideológico, político e econômico (grifo nosso).

Desta maneira, aplicando esta abordagem que privilegia a dimensão político-econômica para o estudo da Política Externa equatoriana, o presente trabalho se divide em duas partes.



POLÍTICA EXTERNA DO EQUADOR...

Na primeira parte deste artigo serão analisados os indicadores que mostram o tipo de inserção internacional realizada pelo governo de Rafael Correa Delgado. Desta maneira, tenta-se observar o comportamento dos indicadores econômicos internos (investimentos em infraestrutura, saúde, educação, energia, etc – que serão tratados como componentes internos da superação da vulnerabilidade externa) o texto também se orienta para tratar do tema da inserção internacional do Equador no período pós-2007 sob os seguintes signos: perspectiva história; avaliação crítica e esforço de inovação analítica¹.

Na segunda parte, continua-se a avaliação sobre os determinantes de inserção internacional da República do Equador, a partir dos desafios e contestações enfrentados por este país, no sentido de abordar a soberania enquanto a capacidade que tem o Estado para gerar poder. Em outras palavras, a capacidade de um Estado para determinar autonomamente seus próprios caminhos internos e externos, sem o condicionamento determinante por parte de outros atores internacionais, o que requiere uma acumulação de forças suficientes para sustentar o exercício de sua autodeterminação².

Portanto, desde o ponto de vista aqui abordado, tenta-se observar qual é a força determinante para a realização de uma completa soberania equatoriana e, para tanto, faz-se necessário observar aspectos importantes, como a manutenção da dolarização no governo de Correa e a importância dos ingressos da renda petrolífera. A partir destes aspectos espera-se contribuir de algum modo sobre algumas das mais importantes questões sobre a reconquista da soberania equatoriana durante o governo de Rafael Correa Delgado.

¹ A perspectiva história fornece o referencial adequado para a análise da dinâmica e desempenho da economia equatoriana. Conforme pontua o professor Reinaldo Gonçalves (2007), a avaliação crítica das estratégias e políticas de determinado governo e, neste caso, do governo de Rafael Correa é uma exigência do método científico, que pressupõe rigor científico e honestidade intelectual dentro do compromisso com uma análise crítica que compreenda a realidade da melhor maneira possível.

² Só existe soberania plena, quando ela pode fazer-se valer tanto no interior do Estado Nacional (ou plurinacional) quanto na parte externa de suas fronteiras, ou pelo menos na força política que determina um Estado a assinar/aceitar determinado pacto (IANNI, 1987).



RECONQUISTAR A SOBERANIA: UM DESAFIO POLÍTICO-ECONÔMICO

Depois de ganhar as eleições de 26 de novembro de 2006, ou seja, logo nos primeiros dias de 2007, uma delegação do FMI foi procurar os novos responsáveis pela política econômica equatoriana, para garantir que a dívida externa e os contratos fossem cumpridos pelo novo governo. O então Ministro de Economia e Finanças, Ricardo Patiño, atuou da seguinte maneira:

Cuando les dije que pagaríamos la deuda legítima, pero no la deuda ilegítima, ellos comenzaron a presionar veladamente con frases como: Los acreedores podrían embargar sus cuentas externas o los barcos con petróleo ecuatoriano, y otras más. Les contesté en seguida: **Señores, no queremos sus consejos, no aceptamos sus presiones, bastante daño han hecho a este país** y a los países subdesarrollados con sus préstamos condicionados y sus exigencias de ajuste, así que pueden regresar y digan a los acreedores lo que ustedes tengan que decirles. Nunca más vinieron (HARNECKER, 2012, p. 11).

Como se observa na citação acima, a renegociação da dívida com as instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), foi uma das ações práticas tomadas por recém-empossado presidente da República Rafael Correa Delgado, que denotam o "tom" de sua economia política a partir de então. De modo que é importante observar alguns elementos que podem corroborar para a avaliação sobre o modelo de inserção internacional deste governo, sobretudo, desde o ponto de vista de decisões políticas que levaram a autonomia com relação às instituições financeiras internacionais, permitindo ações específicas para a política externa equatoriana.

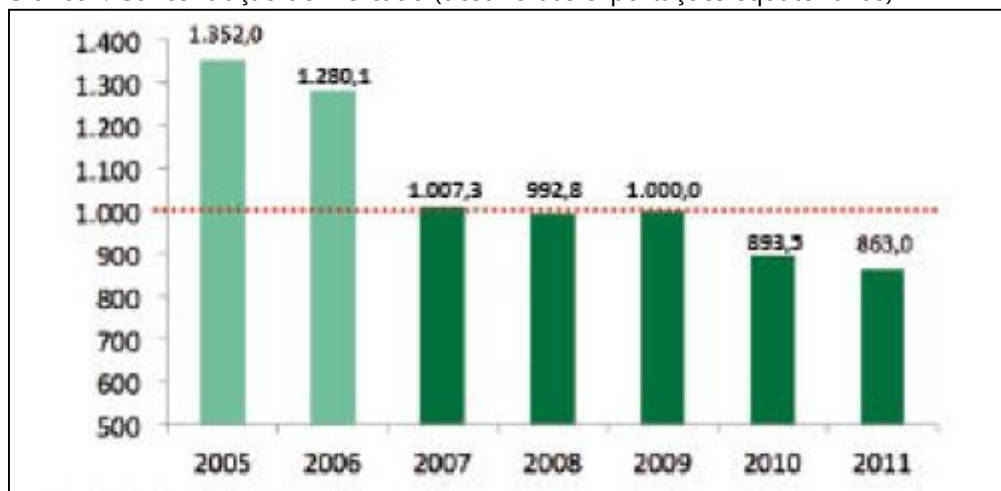
Em primeiro lugar, desde o ponto de vista da superação de um dos elementos que incidem sobre a vulnerabilidade externa de um país, é importante observar o grau de concentração (dependência de exportação/importação) de mercados, no caso do Equador, do setor de exportações primárias. O gráfico¹ mostra a evolução da



POLÍTICA EXTERNA DO EQUADOR...

concentração de destinos das exportações não petroleiras (quanto menor o valor, menor a concentração de mercado, de acordo com o Índice Herfindahl Hirschman³):

Gráfico1. Concentração de mercado (destino das exportações equatorianas)



Fonte: Vice-ministério de Comércio Exterior da República do Equador, 2012.

É possível correlacionar os dados do gráfico, que mostram a tendência continuada de diminuição da concentração de mercado, com a nova dinâmica da política externa equatoriana, imprimida a partir de 2007, que tem na busca por novos mercados um dos seus eixos fundamentais. Do mesmo modo, importa observar a concretização de novos projetos de integração a nível regional (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos - ALBA-TCP, Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos - CELAC, União Sul-americana de Nações - UNASUL e outros acordos bilaterais) e acordos estratégicos com a Ásia e Europa Oriental, como fator essencial para que o comércio regional crescesse 56% entre 2007 e 2011. Esta atuação simultânea revela uma inserção

³ O índice de Herfindahl-Hirschman ou IHH (*Herfindahl-Hirschman index* ou HHI) é um método de avaliação do grau de concentração num mercado. O IHH é calculado como a soma dos quadrados das quotas de mercado das empresas que operam no mercado em questão, e varia entre 0 e 10.000. O valor zero traduz um mercado em que não existe qualquer empresa. O valor 10.000 traduz uma situação de monopólio, em que uma única empresa tem 100% de quota de mercado. Quando o IHH é superior a 1.800 considera-se que o mercado é muito concentrado. Entre 1.000 e 1.800 considera-se que o mercado tem alguma concentração. Abaixo de 1.000 considera-se que o mercado tem baixa concentração de mercado (ANATEL, 2011).

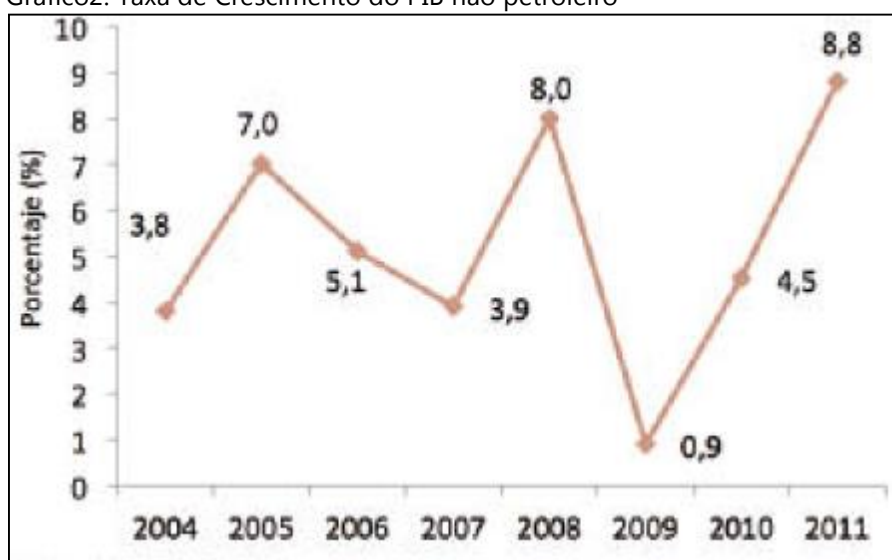


JEFFERSON PECORI VIANA

internacional que busca minimizar os efeitos da concentração e dependência de exportações com relação a poucos destinos comerciais.

Ademais dos dados que apontam para uma diminuição da concentração das exportações para poucos mercados, também vale mencionar o próprio crescimento do PIB não petrolífero (lembrando que o petróleo ainda é a principal fonte de ingressos da Economia Equatoriana) na casa de 8,8% para o ano de 2011, caracterizando o maior crescimento na década, conforme se observa no gráfico a seguir:

Gráfico2. Taxa de Crescimento do PIB não petrolífero



Fonte: Ministério de Finanças da República do Equador.

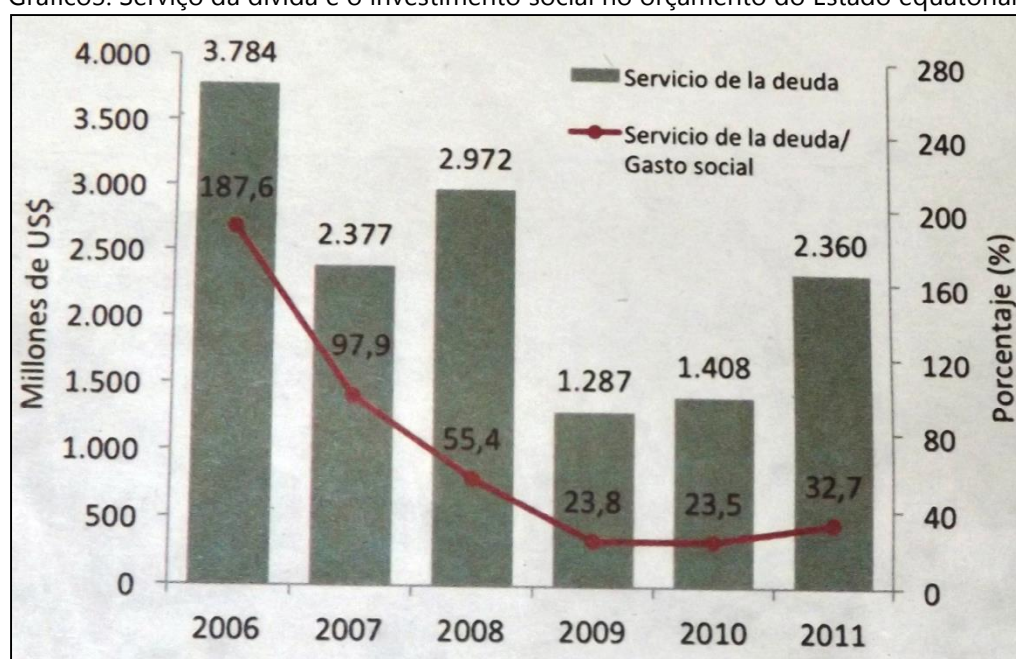
Portanto, tanto a redução da concentração de mercados das exportações não petrolíferas e o próprio crescimento do PIB não petrolífero indicam uma Economia Política que trabalha no sentido de diminuir sua vulnerabilidade externa com relação aos fatores de exportação. Entretanto, o indicador que mais evolui no sentido de possibilitar ganhos para a redução da vulnerabilidade externa é a relação do serviço da dívida para com o investimento social dentro do orçamento Estatal⁴, conforme apresenta o seguinte gráfico:

⁴ Esse dado é importante para observar “[a construção] de força social e política necessária para alterar esse caminho de entregar o país, de pagar para dever cada vez mais, de pagar para seguir morrendo. Porque alternativas há. Elas partem do direito e da vontade do povo de viver dignamente e se baseiam

Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>



Gráfico3. Serviço da dívida e o investimento social no orçamento do Estado equatoriano



Fonte: Banco Central do Equador (BCE).

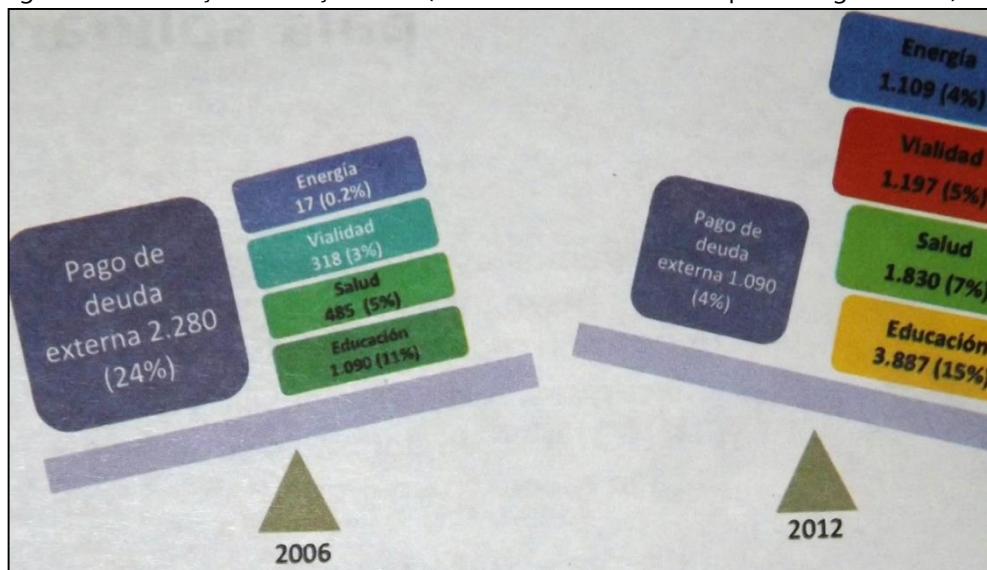
Conforme observamos, em 2006, por cada dólar investido no setor social, se destinava 1,87 dólares para o pagamento da dívida. No ano de 2011 (apesar do sensível aumento com relação a 2009 e 2010), por cada dólar investido no setor social (saúde, educação, previdência social, bem-estar) a contrapartida para o pagamento da dívida foi de apenas 32,7 centavos de dólar.

Por último, importa observar, de maneira comparada, a distribuição do Orçamento do Equador entre os anos 2006 (quando ainda prevalecia a lógica de “subserviência soberana”) e 2012 (dentro da lógica da tentativa de superar a vulnerabilidade externa e recuperar o dispositivo de autonomia e soberania nas decisões governamentais), conforme a seguinte figura:

na obrigação da comunidade internacional de criar um contexto econômico favorável ao desenvolvimento e à autodeterminação de todos os países” (KEENE, 2003 [2000], p. 29). Daí a importância de se observar os gastos sociais com relação ao serviço da dívida pago na economia equatoriana.



Figura1. Distribuição do Orçamento (em milhões de dólares e porcentagens reais)



Fonte: Ministério de Finanzas, Orçamento Geral do Estado 2012 (codificado).

De acordo com a comparação traçada, observa-se que o orçamento destinado ao pagamento da dívida externa, no ano de 2006, representava 24% do orçamento geral (2 bilhões e 280 milhões de dólares) do Estado, enquanto em 2012, representou apenas 4% (1 bilhão e 90 milhões de dólares) do orçamento do Estado, ou seja, representa uma diminuição de mais de metade do valor destinado ao serviço da dívida.

As consequências da diminuição do impacto do pagamento da dívida externa no orçamento do Estado, para além da recuperação da soberania e diminuição da vulnerabilidade externa, significou o aumento da participação orçamentária de setores sociais e estratégicos da nação, como a educação, saúde, energia e investimento em infraestrutura⁵.

⁵ O investimento público entre janeiro de 2007 e novembro de 2011 alcançou os 30,7 bilhões de dólares. Em 2011 foram investidos 7,8 bilhões, quantia equivalente a quatro vezes mais do que o investido em 2006 (Cifras correspondentes ao Gasto de Capital para Formação Bruta de Capital Fixo do setor Público não financeiro).

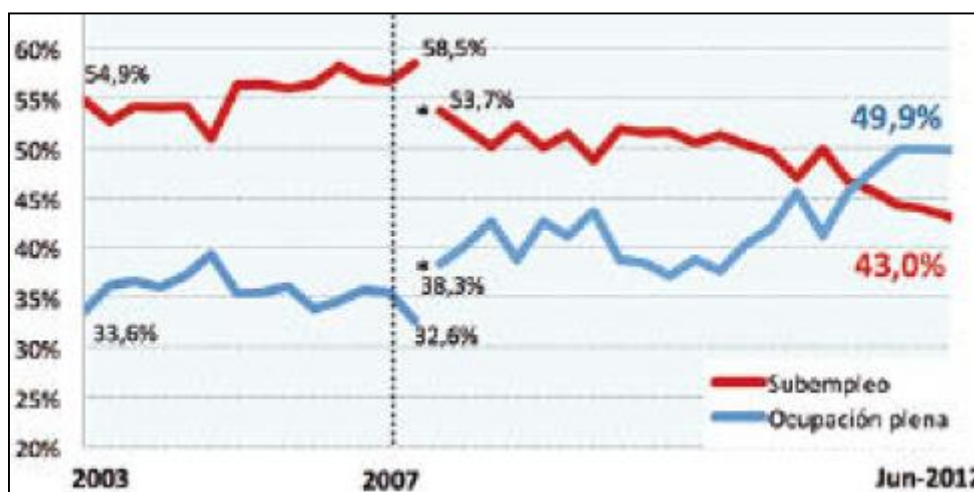


TRANSFORMAÇÕES INTERNAS E A SOBERANIA DA POLÍTICA EXTERNA

A reativação do setor produtivo da economia real, pelo menos sob o ponto de vista da geração de empregos formais, pode ser apontada como uma das conquistas da redefinição da participação do capital social e produtivo, em contrapartida à diminuição do especulativo e financeiro (serviço da dívida) no orçamento geral do Estado, conforme se observa no seguinte gráfico:

Gráfico 4.

Taxa de Ocupação (empregos formais – linha azul – e empregos informais – linha vermelha)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC),

Pesquisa Nacional de Empleo, desempleo e Subempleo Urbano (ENEMDU).

O gráfico 4 mostra para o período 2003-2007 (caracterizado pela aplicação e, sobretudo, pelos resultados “perversos” da agenda neoliberal aplicada detalhadamente nos anos 1990⁶) a tendência de aumento da participação do emprego informal e diminuição do emprego formal na economia equatoriana. Em contrapartida, a partir de 2007 – mesmo considerando que há mudança de metodologia da pesquisa

⁶ Esse processo se deu pela atuação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e de outras agências internacionais que se uniram para impor um ajuste estrutural aos países subdesenvolvimento/dependentes. Esse ajuste estrutural, que pode ser caracterizado como a materialização da investida neoliberal da década dos 80 e 90 consistiu, fundamentalmente, em: i) ruptura dos monopólios públicos; ii) privatização; iii) abertura comercial; iv) desregulamentação dos movimentos do capital internacional; v) flexibilização das relações trabalho/capital; e vi) cortes nos gastos sociais (CANO, 2000).

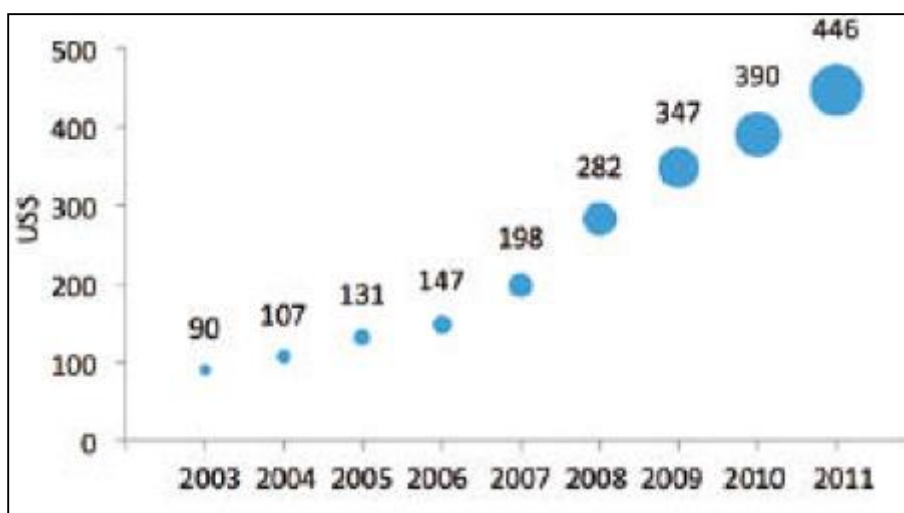


JEFFERSON PECORI VIANA

que reinicia o índice abaixo da última pesquisa em 2006 – há uma diminuição na casa de 10% da taxa de emprego informal e um aumento por em cima de 10% na taxa de ocupação formal. Portanto, é no período 2007-2012 que, pela primeira vez nos dados registrados sobre emprego formais e informais, que a ocupação formal superou o emprego informal/subemprego em participação econômica real.

O aumento dos empregos formais pode ser associado ao novo pensamento de Nação que emerge com o governo de Rafael Correa, sobretudo, no que diz respeito à priorização dos gastos sociais e do investimento social *per capita*, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 5. Investimento social por pessoa (em dólares)



Fonte: Ministério Coordenação de Desenvolvimento Social (MCDS), Sistema Integrado de Indicadores Sociais do Equador (SIISE).

Entre 2006 e 2011 o investimento social por pessoal em saúde, educação, cultura, segurança, meio-ambiente, aumentou em 299 dólares, ou seja, se considerarmos o valor de 147 dólares para o ano de 2007 e o valor de 446 dólares para o ano de 2011, houve um aumento percentual de mais de 200%.

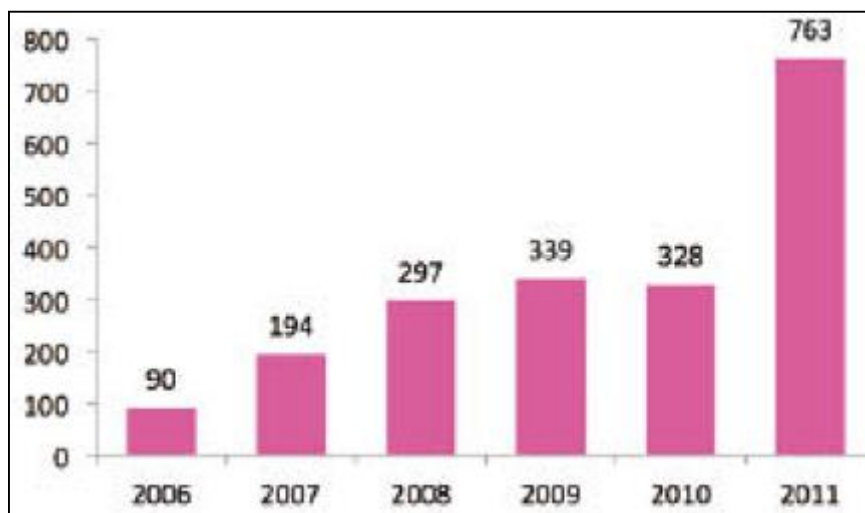
Do ponto de vista do desenvolvimento nacional, enquanto superação das contradições históricas do subdesenvolvimento e dependência na América Latina merece destaque, para além do investimento social *per capita* observar a alocação dos recursos do Orçamento Estatal para uma área de importância ativa e dinâmica na



POLÍTICA EXTERNA DO EQUADOR...

transformação estrutural de um país, qual sejam a pesquisa e educação, conforme apresentamos a seguir:

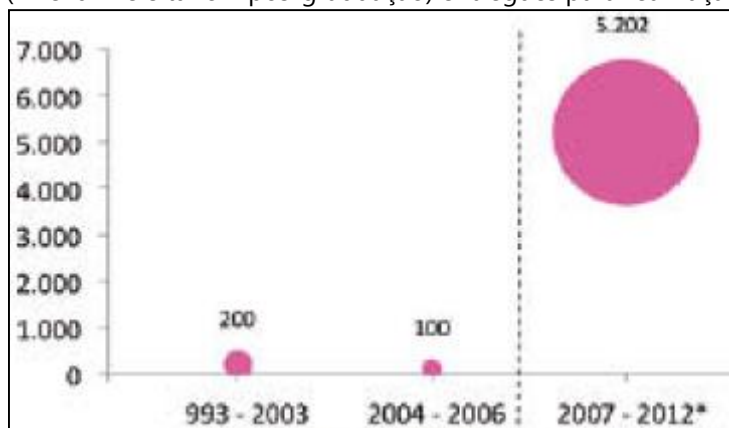
Gráfico 6. Investimento em educação e pesquisa (em milhões de dólares)



Fonte: Banco Central do Equador.

Gráfico 7

Número de bolsas de estudo quarto nível (nível universitário – pós-graduação) entregues para realização de estudos no estrangeiro



Fonte: Secretaria Nacional de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (Senescyt); Instituto Equatoriano de Crédito Educativo e Bolsas de Estudo (IECE).

O gráficos 6 e 7 mostram o massivo investimento em educação realizado pelo governo Rafael Correa. No ano de 2006, apenas 90 milhões eram dedicados à fatia do orçamento que corresponde à educação. Já em 2007, no primeiro ano do governo Rafael Correa, o orçamento foi aumentado em mais de 100% e, de aí em diante, apenas



JEFFERSON PECORI VIANA

da interseção de tempo de 2009 a 2010 que há uma pequena redução de 3,25%, devidamente recuperada no exercício de 2010 a 2011, onde o aumento é de mais de 130%. Também merece destaque o fato que no período posterior a 2007 foram outorgadas 17 vezes mais bolsas de estudos em comparação com os 7 governos anteriores juntos.

Considerando estes dados, pode-se afirmar que o governo foi acumulando uma série de sucessos sociais, econômicos e políticos que permitiram avançar no manejo de sua soberania e autodeterminação política internacional, assentado, mormente, sobre a promoção da integração latino-americana, que tem sido o eixo mais representativo e de maior coesão da política exterior da República do Equador. Através de processos de integração como o da UNASUL, da ALBA, da CELAC, a política externa do Equador privilegia as o subcontinente latino-americano, em especial a América do Sul, para uma inserção ativa e competitiva, desde o ponto de vista competitivo e político no mundo atual.

Na prática, o acúmulo de aprendizagem e de vontade política, aliados ao sucesso da Revolução Cidadã de Aliança País no âmbito interno (visto que capturou ao seu projeto setores médios e baixos da sociedade equatoriana), materializados com a convocatória de Assembleia Constituinte e com a redação de uma nova constituição, que dentre outros marcos fundamentais para a superação da vulnerabilidade externa equatoriana, marcou o fim da presença norte-americana (por vias oficialistas) no território equatoriano.

A QUESTÃO DA PRESENÇA MILITAR NORTE-AMERICANA NA BASE DE MANTA

Ademais dos ganhos com relação à gestão macroeconômica e da economia política equatoriana, vale a pena resgatar o caso da Base de Manta, que talvez possa cumprir a função de mostrar ao leitor que todo o capital simbólico, político, econômico



POLÍTICA EXTERNA DO EQUADOR...

e social acumulado com as transformações na Economia Política se refletiram no panorama político-formal soberano.

O então presidente da República do Equador, Jamil Mahuad, em 1999, firmou acordos com os Estados Unidos, nos quais o governo de Quito concedia toda classe de faculdades à Washington para estabelecer em Manta uma Base Militar destinada, aparentemente, a controlar e combater o tráfico de drogas e, em contrapartida, o Congresso norte-americano aprovou a destinação de uma grande quantidade de ajuda financeira para o Plano Colômbia, do qual, apenas uma parte marginal foi destinada ao Equador.

Contudo, avalia ITURRIAGA (2005, p. 92) que:

[...] el convenio es un atentado a la dignidad nacional y la soberanía de la nación ecuatoriana, porque, simple y llanamente, la Base pasa a constituirse territorio libre del Imperio del Norte, sometida a su legislación y arbitrio; el convenio que desconoce el estatus jurídico del Ecuador, en todo su contenido, a tal punto que otorga inmunidad plena a los ciudadanos norteamericanos asentados en la Base, y prohíbe el apresamiento de los gringos por parte de las autoridades del Ecuador, aún en el caso de que cometiesen delitos flagrantes de cualquier naturaleza.

Partindo da mesma interpretação sobre a concessão da Base de Manta ao exército dos Estados Unidos, Rafael Correa, ainda como candidato em 2006, afirmou o seu compromisso de campanha de não renovar a Base de Manta depois de 2009, ou, ironicamente, comentou que "*apenas renovaria se os Estados Unidos aceitassem a instalação de um forte militar equatoriana em 'La Florida'*" (BÁEZ, 2010, p. 196).

Assim, procedendo com o seu compromisso de campanha, Rafael Correa e os membros do seu programa de governo (Aliança País), durante a Assembleia Constituinte de 2007 que ficou encarregada de redigir a nova constituição, impuseram todo um título sobre Relações Internacionais (Título VIII), na qual são contemplados os princípios das Relações Internacionais do Equador (capítulo primeiro, artigo 416), sobre os Tratados e Instrumentos Internacionais (capítulo segundo, do artigo 417 ao 422), sobre a Integração Latino-americana (capítulo terceiro, artigo 423), e, sobre



JEFFERSON PECORI VIANA

especificamente a questão da renovação da base de manta, a nova constituição versa o seguinte:

Art. 5.- El Ecuador es un territorio de paz. **No se permitirá el establecimiento de bases militares** extranjeras ni de instalaciones extranjeras con propósitos militares. Se prohíbe ceder bases militares nacionales a fuerzas armadas o de seguridad extranjeras (grifo nosso).

Portanto, na primeira parte deste tópico tentamos mostrar ao leitor os indicadores macroeconômicos, políticos e sociais que podem constar ou não a existência de uma Economia Política que preze pela soberania em termos de definição dos objetivos e interesses nacionais e na segunda parte, o caso prático da não renovação da presença norte-americana na Base de Manta como ação prática permita por todo o acúmulo de transformações na Economia Política e jurídica do Estado equatoriano. Contudo, no próximo tópico abordaremos os dois principais desafios pelos quais a gestão Rafael Correa tem sido contestada e, que podem indicar as limitações do ponto de vista de soberania monetária e *real politik* do exercício pleno da soberania equatoriana.

DESAFIOS E CONTESTAÇÕES PARA UMA POLÍTICA EXTERNA SOBERANA O DESAFIO DA DOLARIZAÇÃO E DA SOBERANIA MONETÁRIA EQUATORIANA

A decisão final sobre a dolarização plena não resultou de uma eleição racional. Do mesmo modo, também não se pode afirmar que foi imposto pelo povo ao governo, como conclusão de um processo de dolarização espontâneo. Tampouco foi o anúncio de um novo modelo econômico à margem do neoliberalismo e mesmo do FMI. E muito menos significou um salto do Equador “dolarizado” ao primeiro mundo, como alguns chegaram a afirmar (ACOSTA, 2006).

A dolarização respondeu à dinâmica dos interesses políticos hegemônicos e à lógica do capital à escala internacional, em estreita vinculação com grande parte dos grupos dominantes do Equador. Segundo o professor Alberto Acosta (2006, p. 240):



POLÍTICA EXTERNA DO EQUADOR...

Fue más el resultado de decisiones y angustias políticas antes que la consecuencia de reflexiones técnicas. Fue, para decirlo descarnadamente, **producto de la mediocridad de las elites gobernantes** [pues] para entender la dolarización no hay como querdarse solo en el campo económico. Hay que ver a esta decisión como una herramienta de uso múltiple, que se explica por diversas razones internas, a las cuales hay que añadir **los intereses norteamericanos y, por cierto, la estrategia de los organismos multilaterales** (grifo nosso).

Com o dólar se substituiu a moeda nacional, o Sucre, que perdeu três funções essenciais: reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento. E como consequência da perda da moeda nacional, se sacrificou a política monetária e cambiária.

Com a dolarização se objetiva chegar a uma fase superior do modelo neoliberal e pretende ser uma âncora para garantir a continuidade neoliberal, independentemente de quem governe o sonho tecnocrático da institucionalidade democrática.

Também o próprio Rafael Correa Delgado (2004, p. 88), enquanto professor de Economia na Universidade de San Francisco, em Quito, crítico com relação à manutenção do dólar como moeda equatoriana, propunha uma série de “passos” a enfrentar para superar a dolarização:

a) Crear demanda por la nueva moneda, es decir, superar lo que Dr. Naranjo llama la crisis de confianza en la nueva moneda, b) evitar una crisis bancaria por corrida de depósitos, y c) evitar una crisis de balanza de pagos por salida de capitales, es decir, evitar lo que el Dr. Naranjo llama la liquidación del sistema financiero. Además [...] para minimizar los costos de salida y, sobre todo, los grandes ganadores y perdedores, la salida de la dolarización debería realizarse de manera paulatina e, implicaría un largo período de tiempo, dividido en forma general en **tres etapas: una primera etapa de blindaje financiero y externo, una segunda etapa de desdolarización y una tercera etapa de corrección de precios relativos** (grifo nosso).

Entretanto, tanto na sua primeira eleição em 2007, quanto no processo de reeleição deste janeiro de 2013, o candidato Rafael Correa Delgado não se comprometeu a trabalhar para colocar um fim à dolarização da economia equatoriana, sobretudo, por razões de manutenção das alianças eleitorais, dos apoios políticos, de uma série de pactos internos e, não menos importante, pela própria pressão eleitoreira



JEFFERSON PECORI VIANA

e o temor que o fim do dólar como lastro monetário na economia equatoriana poderia trazer aos cidadãos (VILLAVICENCIO, 2013).

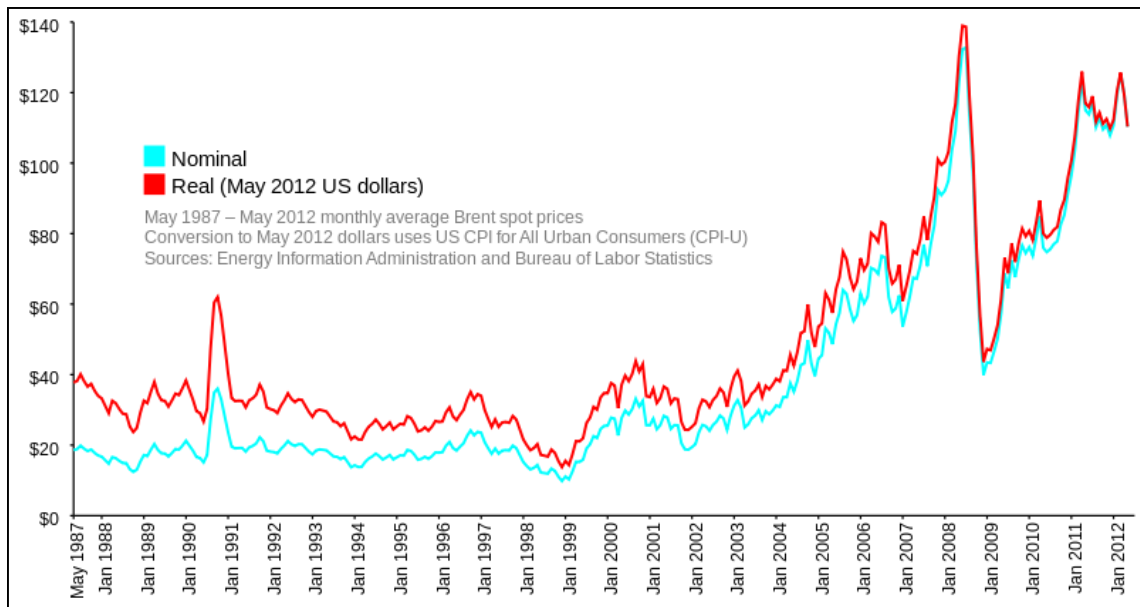
Contudo, a maior contradição está presente quando observamos que o programa de Rafael Correa (Aliança País) apresenta uma série de pontos sobre a defesa da soberania e autodeterminação nacional e realizações práticas como a não assinatura do TLC com os Estados Unidos, a não renovação da Base de Manta ao Pentágono, o não alinhamento à cruzada contra o chamado “narcoterrorismo”, ademais de apoio massivo aos variados processos de integração e coordenação política e econômica levados adiante na América Latina, entretanto, a grande questão que cabe ao novo governo de Rafael Correa, reeleito recentemente, é como conciliar a busca pela realização plena da soberania nacional sem o exercício de uma verdadeira soberania monetária?

INGRESSOS DA RENDA PETROLEIRA: OBSTÁCULO OU ESPAÇO PARA A SOBERANIA?

No período 2003-2006 o petróleo acumulou elevação de preços superior a 150% (FILGUEIRAS; GONÇALVES, p. 41-42), que são afetados por diversos fatores, como a pressão de demanda (Estados Unidos e China); conflito na Rússia; guerra no Iraque; sabotagem na Venezuela e na Nigéria; risco de sabotagem na Arábia Saudita; apreciação do dólar; especulação; estoques baixos nos países consumidores; baixa capacidade ociosa; atuação da OPEP; e catástrofes naturais. Entretanto, apesar do bom desempenho do preço do barril de petróleo, não se observou uma distribuição dos ingressos provenientes desta renda, sobretudo, pela manutenção dos tipos de contratos internacionais (contratos de participação) que permitiam que as empresas que exploravam o petróleo equatoriano ficassem com 85% dos recursos, enquanto o governo se apropriaria de apenas 15%.



Gráfico 8. Preço do Barril de Óleo Brent



Fonte: *Oilenergy.com*

Portanto, durante muitos anos os recursos provenientes da extração de petróleo eram levados, em sua grande maioria, pelas empresas transnacionais. De maneira que, mesmo quando o preço do petróleo subiu, a partir de 2003, os contratos petroleiros (de participação⁷) estabeleciam condições totalmente desvantajosas para o Equador. Já na direção do Ministério de Economia e Finanças, Rafael Correa colocou em ação o questionamento⁸ deste tipo de contrato, inclusive apontando necessidade de reformular os contratos que estavam em vigor.

⁷ Há dois tipos de contrato: o contrato de prestação de serviços e o contrato de participação. No contrato de prestação de serviços, determinada empresa tem tecnologia, recursos, capital, pessoal, etc, ou seja, tem experiência em temas petroleiros e quem a contrata não o tem, de maneira que o acordo é feito sobre os seguintes termos: a empresa extrai o petróleo e o Estado paga determinada quantidade de dinheiro por cada barril de petróleo sacado. Este é o contrato de prestação de serviços, uma empresa presta um serviço e o contratante paga pelo serviço em função dos custos e a empresa tem uma razoável lucratividade.

Por sua vez, os contratos de participação, usados no Equador, determina que as empresas transnacionais participem do petróleo que se extrai. De maneira que, no caso examinado, o aumento do preço do petróleo era levado pelas empresas internacionais, em virtude da apropriação de 85% do petróleo extraído e o Estado apenas com 15% (HARNECKER, 2012, p. 12).

⁸ Correa havia proposto a reforma da Lei Petroleira durante o período em que foi ministro de Economia e Finanças e, justamente pela preposição desta medida, ele não durou muito no cargo, e o presidente



JEFFERSON PECORI VIANA

Para além da Agenda Econômica e do Plano Nacional de Desenvolvimento preparado pelo Executivo, que pressuporiam transformações na agricultura, indústria, geração de energias renováveis, se observa o assentamento sobre um modelo econômico que, no curto prazo, busca a reativação produtiva e a redistribuição da renda mediante a utilização da renda proveniente dos momentos de alta cotação internacional do barril de petróleo. Portanto, se pode afirmar que é muito tímida a superação da velho-nova divisão internacional do trabalho, o que também é explicado pela manutenção dos privilégios da “intocada” banca financeira (usurária), que desafiada nos primeiros anos do governo Rafael Correa pela ideia de “renegociação soberana” da dívida externo-interna, agora se acomoda sobre a tese da “renegociação amistosa”.

Nesse sentido, é importante observar o que o economista Rafael Correa (2004) apresentava sobre a ideia de crescimento a médio e curto prazos:

[...] para su crecimiento en el mediano y largo plazo, Ecuador sigue apostando prácticamente en forma total a los altos precios del petróleo y a incorporar nueva producción petrolera, factores externos que, además de incrementar la vulnerabilidad de la economía, tienen un efecto tan solo marginal en cuanto a bienestar y generación de empleo.

Entretanto, apesar da defesa teórica da não dependência da renda petrolífera, se observa a manutenção dessa dinâmica no governo Correa. O problema se agrava quando o país começa a perder ingressos pela queda da demanda e preços de seus produtos primários de exportação⁹. Conforme mostra o gráfico⁸, o preço do barril caiu de 120 dólares em junho de 2008 para 30 em meados de 2010, o que significa uma queda de 75% em apenas um semestre.

Palacio teve que substituí-lo porque estava começando a redirecionar o formando do governo no tema econômico.

⁹ A tendência a baixa das vendas se estendeu a outros importantes setores da economia primário-exportadora (banana, camarão, flores, cacau, atum), com os referidos impactos sobre o emprego e a entrada de divisas.



POLÍTICA EXTERNA DO EQUADOR...

Portanto, o desafio do novo governo, que se iniciará em fevereiro de 2013 é o de transformar e dinamizar o seu setor produtivo, de maneira que permite à economia equatoriana e ao projeto de Economia Política de Aliança Pais desviar da trajetória ascendente rumo à estratégia produtiva primário-exportadora, o que significa, nas palavras de BÁEZ (2010, p. 220),

[...] avanzar a una fase superior del neoliberalismo – también reconocida como neoinstitucionalismo-, [...] que constituiría, en la práctica, un retroceso al modelo económico/político de dominación que implantara en estas tierras la Corona española en su primera fase de colonización de estas tierras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação dos dados empíricos da dimensão político-econômica Equatoriana permitiu tecer algumas considerações sobre o modelo de inserção internacional realizado no governo de Rafael Correa. Essa inserção, ao longo do seu governo, trouxe questionamentos ao tradicional modelo liberal-periférico e, conseqüentemente, ao bloco dominante que detinha o poder na cena política e econômica do Equador no período anterior a 2007. A consequência imediata desta ruptura com o modelo anterior foi que as estratégias e políticas econômicas, bem como o desempenho da economia, não foram determinadas apenas pelo contexto internacional o que demonstra a redução da vulnerabilidade externa em várias esferas: monetário-financeira; produtivo-real; tecnológica e comercial, ainda que isso não signifique afirma que a vulnerabilidade externa equatoriana foi superada.

Importa mencionar que, somado à nova dinâmica de seu comércio exterior, o fato de que o governo atual tem “desendividado” o país em mais de 3,5 bilhões de dólares, a partir de medidas legítimas e aceitas internacionalmente. Contudo, isto não desvalida as críticas com relação ao “mínimo cumprimento”, por parte do governo de Rafael Correa, da maioria das recomendações presente no Informe Final da Auditoria da Dívida. De todos os modos, a maior incógnita ainda a revelar-se é: quais



JEFFERSON PECORI VIANA

e como os pactos entre blocos dominantes assumidos pela força política liderada por Rafael Correa limitam ações como: desdolarização da economia; cumprimento total do informe da Auditoria da Dívida, que, como vimos, são essenciais para uma inserção internacional cada vez mais autônoma e soberana.

Observa-se que a República do Equador, sob a presidência de Rafael Correa Delgado, tratou de recuperar a ideia de Estado forte¹⁰ e a prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais tiveram força normativa para impor sozinhas, dentro do território equatoriano, sua vontade política ou econômica. As realizações pós-2007 mostram que o Estado nacional, afinal, é o ator que regula o mundo financeiro e constrói infraestruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade (SANTOS, 2009).

Vê-se que a conjuntura internacional desde 2008 não tem sido favorável com relação ao crescimento dos países desenvolvidos (grande consumidores de *commodities*), o que poderia causar numa economia subdesenvolvida e dependente da exportação de petróleo – como é o caso do Equador – um negativo choque externo. Entretanto, observou-se uma trajetória ascendente positiva para a economia equatoriana, marcada, sobretudo, pelo crescimento de seus parceiros do “Sul Global”, e, especialmente dos resultados da parceria com os “grandes emergentes”, Rússia e China. Contudo, não foi nosso objetivo e nem mesmo alcançaríamos abordar o tema desses novos acordos, mas é importante se perguntar: há um novo processo de dependência em curso, só que agora não com relação aos países do centro, mas, sobretudo à dinâmica do leste asiático?

Em último lugar, esse pequeno ensaio não teve como pretensão trabalhar exaustivamente o tema do modelo de inserção internacional do Equador, visto que,

¹⁰ Ou seja, a desregulamentação dos anos 1990 não representou o fim do Estado, mas tão somente sua abstenção na resolução das questões nacionais – a omissão de sua soberania. Nesse sentido, afirma Gilpin (2002, p. 8): “A expansão da consciência econômica, assim como da democracia política, levou a uma percepção quase universal de que o Estado pode ser usado para produzir resultados econômicos, e, em particular, para redistribuir a riqueza em favor de determinadas pessoas ou grupos”.



POLÍTICA EXTERNA DO EQUADOR...

conforme aponta o professor Marco Aurélio Garcia (2010, p. 153): “o lutar que um país ocupa no mundo é duplamente determinado por condicionantes econômicas, sociais, políticas e culturais internas [ao mesmo tempo que pela] correlação de forças internacional”. Portanto, é importante ressaltar que foi dado ênfase às determinantes econômicas e políticas internas, que ao passo de elucidar algumas questões sobre a soberania também revelou alguns possíveis e futuros caminhos para trabalhar as mudanças da correlação de forças internacionais, no marco da na Política Externa no governo de Rafael Correa e a criação de um maior espaço de autonomia na inserção internacional equatoriana.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACOSTA, ALBERTO. (2006) *Breve historia Económica del Ecuador*. Quito: Corporación Editora Nacional.

ANCHUNDIA, María Rosa. (2008) *Auditoria de la deuda interna pública del Ecuador*, Informe final. Quito: Subcomissão Dívida Interna.

ANATEL, 2011. *Concentração de Mercados de SMP*. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=262166>>, 2011. Acesso em: 20 maio 2013.

BÁEZ, René. (2010) *Antihistoria ecuatoriana*. Quito: Universidad Central del Ecuador.

BATISTA, Paulo Nogueira. (1994) *O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Pedex (Programa da Dívida Externa), caderno 6º.

CANO, Wilson. (2000) *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO EQUADOR, 2008.

CORREA, Rafael. Dolarización y desdolarización: más elementos para el debate, *Íconos*, n. 20, septiembre 2004, pp. 84-89.

GARCIA, Marco Aurélio. O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir. *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010, pp. 153-177.

GILPIN, Robert. (2002) *A economia política das relações internacionais*. Brasília: UNB.



JEFFERSON PECORI VIANA

GONÇALVES, Reinaldo; FILGUEIRAS, Luiz. (2007) *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto.

IANNI, Octavio. (1987) *Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina*. Ciudad de México: Siglo XXI editores.

ITURRIAGA, Edgar Ponce. (2005) *La esperanza em marcha*. Quito: Editorial El Conejo.

MANTILLA B., Sebastián; MEJÍA R, Santiago. (2012) *Balance de la revolución ciudadana*. Quito: Editorial Planeta.

SANTOS, Milton. (2009) *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.

SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. *100 Logros de la Revolución Ciudadana*.

VILLAVICENCIO, Fernando V. (2013) *Ecuador: Made in China*. Quito: Artes Gráficas Silva.

Recebido em 24.06.2013
Aprovado em 07.08.2013